



A DIVERSIDADE SEXUAL E A QUESTÃO DE GÊNERO EM DEBATE: O QUE AS CEBS TÊM A DIZER AO CATOLICISMO?

Elenilson Delmiro dos Santos¹

Resumo: O presente artigo propõe-se a fazer a partir da temática diversidade sexual e a questão de gênero, um confronto de ideias e valores entre duas linhas do catolicismo. O catolicismo romano, tomando por base sua doutrina moral rejeita toda e qualquer forma de novos valores surgidos na sociedade que vão de encontro com os seus princípios teológicos, no outro eixo, estão as CEBS que se propõe a fazer uma releitura da nova realidade social a partir dos princípios da tolerância do respeito e do diálogo. É por meio da nova linguagem religiosa oferecida pelas CEBS, que a diversidade sexual e a questão de gênero vão conseguir enxergar uma face da religião católica que até então era desconhecida, bem diferente de um catolicismo intolerante e machista que tem sido ao longo da história propagada pela cúria romana.

Palavras chave: CEBS, Catolicismo, Sexualidade, Gênero.

Abstract: This paper proposes to make, based on the issues of sexual diversity and gender, the clash of ideas and values between two lines of Catholicism. Roman Catholicism, based on its moral teaching, rejects any form of new values encountered in society that are out of its theological principles; on the other axis, the CEBS propose to reread the new social reality on the basis of principles of tolerance, respect and dialogue. It is through the new religious language offered by the CEBS, that sexual diversity and gender issues can see a side of the Catholic religion unknown until then, quite different from an intolerant bigot and sexist Catholicism that has been throughout history propagated by the Roman Curia.

Keywords: CEBS (Basic Ecclesial Communities), Catholicism, sexuality, gender.

INTRODUÇÃO

A rapidez com a qual a temática diversidade sexual e os assuntos referentes à questão de gênero têm adquirido importância nas últimas décadas, enquanto objeto de estudo nos meios acadêmicos ou em outros campos de pesquisas, são apenas indicativos dos resultados, que nos últimos anos, tem confirmado o crescimento das múltiplas formas de expressões da sexualidade existente em nossa sociedade. Outro fator social,

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduando do curso de licenciatura em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Email: elenilson.santos@hotmail.com

que tem despertado o interesse da comunidade acadêmica nas mesmas proporções que a sexualidade, é a retomada acerca do verdadeiro papel da mulher no atual cenário sociopolítico. O interesse pela nova condição social feminina tem chamado a atenção, não apenas, das universidades para a questão de gênero, mas a própria sociedade organizada tem se confrontado, diariamente, com a urgência da causa das relações de gênero.

Portanto, sexualidade e gênero são duas temáticas, que nas últimas décadas, têm despontado como um assunto cada vez mais presente, nas mais distintas esferas da sociedade: política, jurídica e religiosa; porém, isso não significa dizer que são temas contemporâneos. A história tem registrado em várias culturas, e em diferentes contextos, que a temática sexualidade e a desigualdade de gênero sempre estiveram presentes nas relações humanas. Em termos comparativos, a única coisa que difere esta temática do tempo passado para o tempo presente, são as formas de abordagens e, principalmente, a maneira como ela é interpretada hoje. Podemos considerar que nunca na história a sexualidade e a questão de gênero viveram um momento tão propício e tão privilegiado para a discussão como tem sido os dias atuais.

O que faz destas temáticas tão pertinentes, é que tratam de uma abordagem que tem tido, a cada dia, a sua importância conferida pela própria sociedade, através das representações sociais que a defendem, podemos perceber esta defesa através do forte movimento social iniciado por gays, lésbicas, homens e mulheres bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes.

Em decorrência do grande destaque que estas temáticas tem tido por parte da mídia nacional e da forma como tem chegado à opinião pública, outra força da sociedade, no caso a religião católica, tem visto os seus próprios fiéis sendo, fortemente, influenciados a se posicionarem frente a esta nova face do Brasil. Esta nova realidade tem feito com que muitos teólogos e, principalmente, que os próprios movimentos católicos comecem a entrar em conflitos ideológicos no que se refere a este assunto, pois como afirma Machado (2011, p.88), a religião católica é ela mesma, impulsionada a reorganizar seu regime de verdade e isso não se faz sem embates internos.

Manter um diálogo na base do respeito ou se manter na sua tradicional linha moral referendada por seu compêndio catequético? Esta definição tem sido um problema para o catolicismo, considerando que não existe no próprio ceio católico uma unanimidade entre os que apoiam e os que preferem se manter em uma linha discriminatória. É neste conflito, que esta pesquisa tem por pretensão discorrer como as

Comunidades Eclesiais de Base – CEBs fizeram a opção pela linha do respeito e do diálogo, enquanto que a igreja oficial, que ostenta a posição de defender o verdadeiro catolicismo, preferiu se posicionar de acordo com o discurso institucional defendido pela cúria romana.

A partir da perspectiva de Durkheim (2008, p.38) na qual defende a ideia que religião é coisa eminentemente social. Isto deixa em evidencia, que ao contrário de um modelo de catolicismo que limita os seus elementos sagrados a partir dos seus próprios dogmas institucionais, as CEBs ao contrário, fizeram a opção de descobrir os seus elementos sagrados dentro da sociedade e das causas sociais aí existentes. Sendo assim, para as CEBs, a religião só vai fazer sentido quando esta passa a assumir as causas sociais enquanto seu principal fundamento religioso.

É neste contraponto teológico que o presente artigo pretende situar a sua relevância ao mostrar como a própria religião conseguiu contrariar a lógica que pregava o seu fim² e afirmar a sua importância neste mundo “dito” pós-moderno, a partir de posturas como as que são adotadas pelas CEBs, mesmo que seja diante de uma temática tão cara aos princípios éticos e morais defendidos pela ala conservadora católica, como é o caso da diversidade sexual e a questão de gênero.

SEXUALIDADE, PSIQUE OU PECADO?

Até que ponto pode-se aceitar a interpretação que a religião faz da sexualidade, considerando que estas estão repletas de interpretações particulares feitas por seus líderes religiosos? Certamente, até o exato ponto em que nós mesmos também não compreendemos de fato o assunto. Sendo assim, seria uma falta de legitimidade científica iniciarmos esta pesquisa sem estarmos devidamente embasados de uma teoria que nos aproxime daquilo que venha a ser a verdadeira natureza da sexualidade, caso contrário, também estaríamos mergulhados na dúvida, e possivelmente abordando o assunto de uma forma errônea e repletas de opiniões revestidas de preconceitos.

Segundo a psicologia Junguiana sempre que tentarmos compreender os arquétipos que definem o comportamento humano, dificilmente, não iremos nos deparar com a necessidade entendermos a psique. A psique é o eixo do mundo; e não é só uma

² Apesar de todo o pragmatismo de alguns teóricos como Freud e Marx, que no século XIX pregavam o fim da religião sob o julgo da secularização, a religião, por sua vez, tem conseguido se utilizar com grande competência dos próprios conteúdos trazidos com o avanço da modernidade, inclusive com a própria temática discutida nesta pesquisa.

das grandes condições para a existência do mundo, em geral, mas constitui uma interferência na ordem natural existente, e ninguém saberia dizer com certeza onde esta interferência terminaria afinal, Jung (2000, p.79). É certo que se trata de uma questão que não pode ser esclarecido em poucas páginas dado a complexidade e o rigor teórico o qual é exigido para a sua compreensão, até mesmo porque não é o objetivo desta pesquisa.

Ao problematizarmos a questão da sexualidade sob a ótica da psique, será de grande contribuição partir da perspectiva de Jung que a dispôs em três níveis³, que, no entanto, se encontram em perfeita interação: “consciência” se constitui em parte da mente diretamente acessível ao indivíduo, contendo as atitudes mediante as quais ele ou ela se ajustam ao mundo exterior. “Inconsciente pessoal” é próprio do indivíduo e é por ele adquirido no curso de sua vida. “Inconsciente coletivo”, não depende da experiência pessoal; imagens primordiais comuns a toda a humanidade.

O inconsciente coletivo é a formidável herança espiritual do desenvolvimento da humanidade que nasce de novo na estrutura cerebral de todo ser humano. A consciência, ao invés, é um fenômeno efêmero, responsável por todas as adaptações e orientações de cada momento, e por isso seu desempenho pode ser comparado muitíssimo bem com a orientação no espaço. O inconsciente, pelo contrário, é a fonte de todas as forças instintivas da psique e encerra as formas ou categorias que as regulam, quais sejam precisamente os arquétipos. (JUNG, 2000, p.49).

A análise detalhada desses três níveis nos oferece a possibilidade de compreendermos o comportamento humano a partir das duas perspectivas propostas no subtítulo, ou seja, a psique e o pecado. Quando falamos de inconsciente coletivo, certamente isto se constitui em um padrão natural da condição humana, ou seja, um padrão de comportamento que torna as pessoas semelhantes às outras, porém, essas semelhanças não significam igualdade e sim que cada indivíduo é capaz de viver as suas experiências independentes das construções ideológicas determinadas por padrões externos, neste caso a sexualidade se apresenta como um padrão de comportamento que estar além de condições estabelecidas.

Contrariamente a esta lógica, como não seria diferente, é possível perceber que por mais que fique evidente que os arquétipos não podem ser definidos pela consciência, existe uma ideia fixa por parte da igreja católica que ela é capaz de

³ Para maiores aprofundamentos sobre a questão, recomenda-se a obra: Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Ed. Vozes, 2000. (Obras completas de C. G. Jung – volume IX/I)

influenciar as pessoas se utilizando dos seus próprios métodos. Ignorando a condição da naturalidade, a sexualidade para a igreja vai permanecer na condição de um comportamento antinatural, portanto, um tipo de desvio da sua naturalidade humana que não pode ser entendido de outra forma se não como pecado. É nesta perspectiva que Carl Jung vai dizer que Todas as ideias e representações mais poderosas da humanidade remontam aos arquétipos, isto acontece especialmente com as ideias religiosas. (JUNG, 2000, p.49).

Diante destas duas tendências, tão distintas as quais abordam a sexualidade, verifica-se que na concepção adotada pela Igreja, existe um discurso antagônico. Em 1992 é lançado pelo papa João Paulo II, o catecismo da Igreja católica, na qual define a sexualidade como não sendo “algo puramente biológico, mas que diz respeito ao núcleo íntimo da pessoa humana como tal”⁴. Sendo assim, como a própria igreja não consegue ser tão aberta quanto o seu próprio conceito disposto em seu compêndio doutrinário?

O que se percebe nesta questão, é que, mais que uma simples propagação de princípios e valores, verifica-se também no discurso católico o interesse de manter a sua influência sobre a opinião da sociedade e principalmente nas políticas públicas que tem despontado nos últimos anos em favor da manutenção dos direitos políticos garantidos aos homossexuais. Assim, fica evidente que existe por parte da igreja católica uma ostensiva busca para manter o seu poder nas mais distintas esferas da sociedade, e de um modo particular sobre as representações simbólicas que impõe a aceitação do papel social de cada pessoa.

O discurso das instituições religiosas sobre a homossexualidade e, mais especificamente, o da Igreja Católica, tem esse caráter poderoso, que serve a múltiplas razões: perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres e entre o masculino e o feminino; criar e manter a fronteira entre o “nós” – determinando o que é normal, portanto aceito ou valorizado – e os “outros”, os que fogem à normalização e devem ser rejeitados; criar condições de controle das sexualidades e dos corpos, e, portanto de comportamentos e pensamentos; oferecer alternativas sagradas, dentro de um vasto mercado religioso, de redenção dos pecados e salvação. (BUSIN, 2011, p.122).

A má compreensão do verdadeiro sentido do termo sexualidade, ou até mesmo o interesse pela errônea compreensão a qual é dada a temática por parte de uma

⁴ Catecismo da igreja católica, nº 2361, edições Loyola, São Paulo: 1999, p.611.

determinada ala do clero católico, é que esta pesquisa vai se respaldar no conceito teórico adotado pela psicanálise segundo Laplanche e Pontalis *apud* Heloani (2012, p.26), a sexualidade não designa apenas a atividade e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância. Neste caso, embora a psicanálise não seja a única forma de compreender a sexualidade a partir desta amplitude, porém, ela é a ciência que de uma forma objetiva consegue tirar a sexualidade do caráter antinatural, ou seja, do pecado, conforme é defendido por muitos teólogos católicos e situá-la sob a perspectiva de Simone de Beauvoir, a sexualidade é coextensiva a existência, (BEAUVOIR, 1970, p.60).

A associação do ato sexual propriamente dito com a sexualidade denota uma profunda falta de conhecimento sobre a questão, segundo Heloani (2012, p.26), sexualidade não é apenas sexo. Sendo assim, a sexualidade não pode se resumir conceitualmente a um simples ato de penetração.

A falta de diálogo com determinadas expressões da sociedade é o que faz com que o catolicismo institucional⁵, assim como outras religiões politeístas, se ofusquem de tal forma que para compreendê-las, temos que considerar que por trás desta religião, neste caso, uma igreja instituição, há leigos e padres que estão diretamente envolvidos por sua ação pastoral em suas respectivas paróquias, bispos que respondem por suas dioceses, pelas regionais e pela própria Conferência nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e Por fim, a cúria romana presidida por seu chefe supremo, o papa.

Em decorrência dessa complexa estrutura, invariavelmente, ela refuta toda ideia que questione o seu código de conduta moral, e principalmente, ela ainda consegue fazer com que os seus próprios fiéis tenham que se conformar com uma ideia, ou seja, a sua própria ideia.

A CONSTRUÇÃO DO MAL NA FIGURA FEMININA

O medo de ver a figura feminina associada a uma Lilith⁶, no sentido de que esta tenha a pretensão de querer se apresentar em condições de igualdade com relação à figura masculina, fez com que a religião católica, assim como outras tradições religiosas

⁵Quando falamos em igreja-instituição nos referimos à organização desta comunidade de fiéis, com sua hierarquia, com seus poderes sagrados, com seus dogmas, com seus ritos, com seus cânones e com sua tradição. (Boff, 2005, p.14).

⁶Segundo, Hurwitz (2006) na tradição cabalística, quando Deus criou Adão, ele fê-lo macho e fêmea, depois cortou-o ao meio, chamou a esta nova metade de Lilith e deu-a em casamento a Adão. Mas Lilith recusou, não queria ser oferecida a ele, tornar-se desigual, inferior. Sendo assim, Deus tomou uma costela de Adão e criou Eva, mulher submissa, dócil, inferior perante o homem.

de origem patriarcal, apoiasse, incondicionalmente, a perspectiva social de construir um estereótipo feminino sempre submisso ao masculino, ou seja, uma Eva.

A antiga concepção de uma deusa mãe que remonta ao período neolítico, foi substituída pela ideia de um Deus pai, e foi esta passagem do matriarcado para o patriarcado que, segundo Engels *apud* Beauvoir (1970, p.91) causou a grande derrota histórica do sexo feminino. Conseqüentemente, o sagrado feminino foi substituído pela noção do pecado original. Portanto, por conta desse vazio que foi deixado pela retirada de sua condição sagrada, rapidamente impuseram sobre a figura feminina a personificação do mal.

A arqueologia tem sido uma forte aliada para demonstrar que a dominação masculina não era algo típico para um período que antecede a era patriarcal. Embora não seja um fato comprovado, existia uma forte tendência como afirma Mielle (2010) de que, mesmo quando a cultura era baseada na tradição de uma deusa mãe, nada indica que a posição dos homens neste sistema social fosse de alguma maneira comparável à subordinação que a mulher sofre no sistema patriarcal.

Sendo assim, abre-se uma ampla janela para compreendermos que por trás da construção de uma sociedade que tem como símbolo central a figura masculina, *machista*, antes existiu um arquitetado plano de desconstrução da imagem feminina. E para isso, ocorreu todo um processo de substituição dos antigos símbolos por novos, e conseqüentemente, novos signos foram estabelecidos. Pautada neste interesse, é que a tradição patriarcal iniciou a sua compilação de narrativas mitológicas que recriava a origem do universo, e nesta nova criação o homem se tornou a figura central, enquanto para a mulher foi lhe reservada à condição de ser a porta de entrada para o mal no mundo. As mulheres são o maior mal que Deus jamais criou, segundo Beauvoir (1970, p.112).

A personificação do mal na figura feminina se deu no exato momento em que o seu contraponto, ou seja, a figura masculina, por sua vez, era construída sob as bases simbólicas da homogeneidade e da legalidade. Essa contribuição dada pela religião e de um modo particular pela tradição cristã, ajudou a perpetuar os paradigmas de que o homem e a mulher devem ser representações de gênero socialmente definidos.

Toda construção social é fruto de um longo e duradouro processo de socialização. Lemos (2009, p.66). Portanto, dentro deste processo de socialização, é que o discurso religioso revestiu o homem de um caráter sagrado, e como tal o legitimou

enquanto responsável pelas relações sociais de sexo, ou seria mais correto dizer, pelas desigualdades de sexo.

A QUESTÃO DE GÊNERO, ENTRE ACORDOS E DESACORDOS.

Chama a atenção para algumas temáticas existentes dentro do catolicismo, como é o caso da questão de gênero, a importância de saber distinguir o que diz a igreja instituição com suas estruturas hierárquicas de poder e o que diz a igreja comunidade, “povo de Deus⁷”. Pois, é na igreja comunidade, ou seja, nas CEBs, que as desigualdades de gênero passaram a ser discutidas sob uma nova perspectiva, mesmo que estas perspectivas estejam indo de encontro com o novo percurso traçado pela igreja, que é o da reinstitucionalização, ou seja, uma volta ao período que antecede o concílio vaticano II. Esse retorno demonstra por parte da igreja um nítido interesse de se afastar das causas sociais e de um fechamento para as propostas trazidas pelo concílio vaticano II.

Diante disso, o que se nota é que a ideia de uma igreja toda ministerial em que os leigos foram convocados a participar no papel de protagonistas do trabalho de evangelização ao lado do apostolado, assim como o ideal de uma igreja servidora e democrática, o que dava uma maior abertura para a participação feminina, são princípios que vão ficar restritos as ações práticas já desenvolvidas pelas CEBs.

Uma das principais contribuições das CEBs no debate interno dentro da igreja acerca da questão de gênero tem haver com o conceito. Sendo assim, destaca-se o conceito de gênero a qual chegou Lúcia Ribeiro em proposta para o XI inteleclesial das CEBs (1997) em São Luiz – MA, num dos textos ela define gênero enquanto uma concepção que não pode ser entendida como sexo biológico, e sim enquanto um produto da cultura que nos faz ser homens e mulheres, ou seja, mais tem haver com relações de poder, acredita-se que a partir dessa construção cultural é que se pode encontrar a raiz do problema. Diante desta forma descontextualizada de interpretar as questões de gênero é que as CEBs vão ter muito que dizer ao catolicismo.

Ao partir da perspectiva de associar as questões de gênero, dentro da instituição católica, às relações de poder nos exige uma análise mais profunda acerca dos conceitos de dominação e submissão, como nos afirma Souza (2009, p.77) pensar na historiografia das mulheres é remexer com os conceitos de dominação, submissão, poder e em particular, as questões de gênero. Sendo assim, no trato dessa questão é que

⁷ O concílio vaticano II adotou a expressão povo de Deus numa tentativa de se colocar próxima dos seus fiéis, esta nova ideologia foi pauta no concílio de Medellín (1978) e reafirmada no concílio de Puebla (1979), no qual os bispos latinos americanos confirmaram a “opção preferencial pelos pobres”.

mais uma vez o catolicismo vai se ver em conflito perante os seus próprios conceitos e posturas diante desta nova realidade.

Como tem mostrado a história, seja ela relativa ao passado, assim como ao próprio presente, nunca foram dadas as mulheres uma posição de destaque no catolicismo. No entanto, com todo histórico contrário a sua presença no espaço religioso católico, elas ainda conseguem ser mais religiosas do que os próprios homens. De acordo com a pesquisa realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas⁸, a frequência a cultos religiosos, no Brasil, é maior entre as mulheres (57%) do que entre os homens (44%), outro aspecto interessante é com relação à assiduidade na qual também se verifica que no Brasil, a importância dada à religião é maior por parte das mulheres (93%) do que por parte dos homens (85%), como mostra Neri (2011).

Estes dados apenas reforçam que apesar das primeiras impressões mostrarem que, hoje, em termos de participação na vida pastoral, a igreja se apresenta moldada sob uma face feminina, isto necessariamente, não significa dizer que as mulheres finalmente ocuparam o seu devido espaço na instituição católica, na verdade como indica Busin (2011, p.116), essa religiosidade feminina se dá apenas em relação à prática religiosa. Sendo assim, no que se refere aos quesitos de decisões que possam estar diretamente ligados a vida da igreja, podemos chegar à conclusão que estes espaços dentro das igrejas ainda continuam vazios.

Em face do novo papel desempenhado pela mulher no cenário sociopolítico, em parte conquistado pelos seus próprios movimentos, principalmente os feministas, é que D. Paulo Evaristo Arns *apud* Boff (2005, p.89), vai chegar à seguinte conclusão: Como não pensar na situação da mulher dentro da sociedade e das Igrejas? Seríamos tão míopes a ponto de enxergarmos apenas as disposições e os costumes do passado, sem abrirmos novos horizontes para forças tão decisivas no desenvolvimento humano?

Esta tomada de consciência é que vai possibilitar não só a participação das mulheres em todas as esferas da sociedade, mas a possibilidade de uma nova relação de gênero. Portanto não se trata de assunto que interessa somente a mulher, mas deve ser do interesse de todos.

Para um catolicismo tradicional, conservador, este novo conceito de gênero que põe a mulher em igualdade com os homens pode representar para alguns, uma conquista, assim como para outros, pode se tornar uma ameaça. Trata-se, então de um

⁸Para maiores informações a respeito desses dados, consultar o site oficial da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cps/religiões>.

novo quadro, não apenas social, mas também religioso, e é neste espaço religioso que a mulher por meio de ações práticas vai pleitear o espaço que lhes foi negado. É neste caso que as representações religiosas da sociedade começam a entrar em acordos e desacordos diante de suas próprias concepções perante a questão de gênero.

Não se pode negar que a experiência das CEBs também se configura em uma relação de poder. Entretanto, trata-se de uma forma de poder que em nada se assemelha a verticalidade imposta pela igreja católica que confere ao homem uma condição de superioridade em relação à mulher. A novidade apresentada pelas CEBs perante o catolicismo romano, embora seja um fato de amplo conhecimento é que, contrariando a postura antifeminista que tem sido uma das principais características adotada pela cúria romana como afirma Lesbaupin (2009, p.70), nas CEBs, as mulheres têm tido um reconhecimento cada vez maior, efetivamente ascendendo a posições mais importantes.

DIFERENTES DISCURSOS DENTRO DE UMA MESMA RELIGIÃO

Falar sobre religião, e de um modo particular o catolicismo necessariamente não se constitui em uma tarefa tão fácil como muitos acreditam, afinal quando falamos em catolicismo, estamos falando de uma variedade de religiões presentes em uma mesma religião. Na visão de Teixeira (2009, p.19) Não dá para situar o catolicismo num quadro de homogeneidade. Na verdade, existem muitos “estilos de ‘ser católico’”. De uma forma bastante peculiar podemos assim resumir a questão, “há religiões demais nessa religião” (SANCHIS 1999, p.33).

O complexo campo religioso católico existente no Brasil, é que vai proporcionar que temas como a sexualidade e a questão de gênero, que historicamente são assuntos tratados sob a perspectiva do pecado pela tradição cristã, comecem a ser discutido sob uma nova perspectiva, até mesmo porque como afirma Ribeiro (2011, p.25), a doutrina oficial da Igreja não se limita ao discurso oficial do magistério, mas se expressa através de canais diferentes, configurando discursos diversos.

Inserindo-se em um processo cultural mais amplo, os diversos discursos estão sempre sujeitos a mudanças, embora estas não ocorram com o mesmo ritmo; isto faz com que se acentuem as diferenças já existentes entre eles. A estas se somam as irreduzíveis inadequações entre discursos e práticas, gerando defasagens e contradições dentro da própria Igreja. (RIBEIRO, 2011, p.109).

O que chama a atenção nos diferentes discursos existentes dentro do catolicismo é que, uma coisa é o que a igreja instituição tem ensinado em seu discurso oficial ao longo dos séculos, outra coisa é o que as CEBs, que estão diretamente envolvidas no contexto social das pessoas, têm praticado. É nesta aparente dicotomia que as CEBs por estarem diretamente envolvidas com a realidade social; neste tempo de rápidas transformações, vão fazer a opção de colocar as necessidades humanas acima da doutrina católica, e que cabe a estas doutrinas estarem a serviço da dignidade humana, e não o contrário. Esta nova postura adotada pelas CEBs fez com que o povo redescobrisse a igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização (BETTO, 1981).

Por mais antagônico que possa parecer as CEBs assumiram o papel de defender a todos os que sofrem qualquer tipo de marginalização, inclusive aqueles que sempre contrariaram os seus pressupostos doutrinários. É óbvio que esta postura contrária aos princípios do catolicismo romano em nada tem agradado ao vaticano, principalmente a alguns clérigos que se mantêm na linha conservadora, e passam a ver as CEBs como um núcleo regido por grupos de esquerda com tendências marxistas.

A igreja sempre defendera seus membros. Agora toma a defesa de ateus, de comunistas, de maçons. Isto parece simples, mas é a primeira vez que acontece e supõe uma reviravolta completa nas perspectivas e no sentido da ação. A partir de então, a Igreja diz de si mesma que sua missão é a libertação integral de todos os homens e que essa missão inclui a promoção humana de todos os homens, cristãos e não-cristãos. (COMBLIN, 1982, p.14).

Portanto, as comunidades eclesiais de base, diferentemente, do que pensa e faz a igreja oficial, procura dialogar e aceitar as pessoas, independentemente, da sua opção sexual, gênero ou etnia, como vítimas de um sistema social que insiste em mantê-las às margens dos seus direitos políticos e econômicos. Neste sentido, é que as CEBs vão encontrar na teologia da libertação o respaldo teórico e teológico necessário para legitimar a sua postura e impulsioná-las a buscarem a união entre a fé e a vida (BOFF, 1986, p.96).

O simples fato das CEBs assumirem a condição de ser a “voz dos que não tem voz” Betto (1981, p.81), e de se colocarem como um agente de defesa para muitos marginalizados e excluídos da sociedade, já se constitui em um forte motivo para que as

próprias CEBs acabem também assumindo a condição de serem marginalizadas perante a própria cúpula romana.

Na realidade, por vivermos em um país que traz consigo todo um pressuposto cristão, nada mais natural parecer estranho para algumas pessoas que possa existir dentro do catolicismo um movimento que seja, não apenas capaz de interagir com determinados seguimentos da sociedade, como também defendê-los da própria postura conservadora da igreja. Ao se colocar ao lado dos marginalizados e excluídos da sociedade, ou seja, na base da pirâmide criada pela hierarquia católica, é que as CEBs vão transmitir para o catolicismo imposto pela cúria romana, a sua grande lição, que é mostrar qual deve ser o verdadeiro papel da religião em uma sociedade marcada não, somente, pela desvalorização das relações de gênero ou pela diversidade sexual, mas, principalmente, pela desvalorização da dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar antes de concluirmos esta comunicação, que existe na igreja católica do Brasil um inegável histórico de participação na defesa dos direitos humanos. Porém, estes direitos se divergem em várias categorias dentro do próprio catolicismo. Se por um lado, a igreja demonstra uma forte sensibilidade para os assuntos que envolvem a paz e a justiça social, por outro, naquilo que interfere na sua doutrina moral, ela continua conservadora e fechada a questionamentos.

Cabe, no entanto enfatizar que para esta pesquisa, já era esperado um alto grau de complexidade, pelo simples fato dela se situar no exato ponto em que as justificativas e os argumentos de uma mesma tradição religiosa vão começar a se confrontar. Esta tensão entre os discursos religiosos é o que vai revelar entre os líderes religiosos e suas representações, uma diferença na forma de interpretar o papel da religião frente aos novos paradigmas sociais, culturais e religiosos do nosso tempo.

É importante ressaltar que na tradição secular católica prevalece a sua doutrina conservadora em manter a sexualidade humana sob a insígnia do pecado, assim como, no trato da questão de gênero. Nesse contexto, a hierarquia patriarcal católica ainda se mantém na perspectiva de continuar reproduzindo a desigualdade entre o sexo masculino e o feminino. Em contrapartida, outro seguimento religioso católico, no caso as CEBs, por se tratar de uma representação religiosa que está inserida no contexto social, tem acompanhado de perto as rápidas mudanças pelas quais tem passado a sociedade, e como tais mudanças têm influenciado tanto os aspectos desta sociedade

quanto os próprios sujeitos. E nesse âmbito, as CEBs entendem que não é mais possível tentar manter, enquanto uma ideia sólida, as identidades de gênero, e principalmente, a ideia de um gênero masculino hegemônico.

Por fim, é importante ressaltar que o discurso religioso, no que se trata das subjetividades dos sujeitos sociais, simplesmente expressa a opinião dos líderes religiosos que as representam. Portanto, não se podem fazer generalizações a partir das formas como os discursos religiosos interpretam a temática da diversidade sexual e a questão de gênero e como as colocam para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos, 19).

BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez povo. São Paulo: Circulo do livro, 1986.

_____. Igreja: Carisma e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. In: ROSADO, Maria José. LEONARDI, Paula. Desigualdades de gênero e religião. São Paulo: Paulinas, 2011, p.105-124.

CNBB. Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

COMBLIN, José. O tempo da ação: ensaio sobre o espírito e a história. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares de vida religiosa. São Paulo: Paulus, 2008.

JUNG, Carl Gustav. A natureza da psique. Petrópolis: Vozes, 2000. (Obras completas de C G. Jung – volume VIII/2).

LESBAUPIN, Ivo. Comunidades de base no Brasil hoje. In: TEIXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. (Orgs.). Catolicismo Plural, Dinâmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 57-74.

LEMOS, Fernanda. Religião e masculinidade. Santo André: Fortune, 2009.

MACHADO, Maria das Dores Campos. PICCOLO, Fernanda Delvalhas. NETO, José Pedro Simões. Homossexualidade e Igrejas Cristãs no Rio de Janeiro. In: ROSADO, Maria José. LEONARDI, Paula. Desigualdades de gênero e religião. São Paulo: Paulinas, 2011, p.75-104.

MIELE, Neide. Mitologia do Oriente Médio. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010.

RIBEIRO, Lúcia. Sexualidade e Reprodução: O que os padres dizem e o que deixam de dizer. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Edmundo. Mulher em cena. São Paulo: Fortune, 2009.

HELOANI, José Roberto. CAPITÃO, Cláudio Garcia. Sexualidade e trabalho na visão da psicanálise. In: FREITAS, Maria Ester. DANTAS, Marcelo. Diversidade sexual e trabalho. (Orgs.) São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 23-49.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In: TEIXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. (Orgs.) Catolicismo Plural: Dinâmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 17-30.